



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Zé Carlos - PT/MA

RELATÓRIO



4 e 5 de Abril de 2019

Cidade do México, México

Deputado Zé Carlos PT/MA



O Parlamento Latino-americano (Parlatino) é uma organização regional, permanente e unicameral, com os seguintes países integrantes do Parlamento Latino-americano: Antilhas Holandesas, Argentina, Aruba, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Haiti (convidado), México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Uruguai e Venezuela.



A



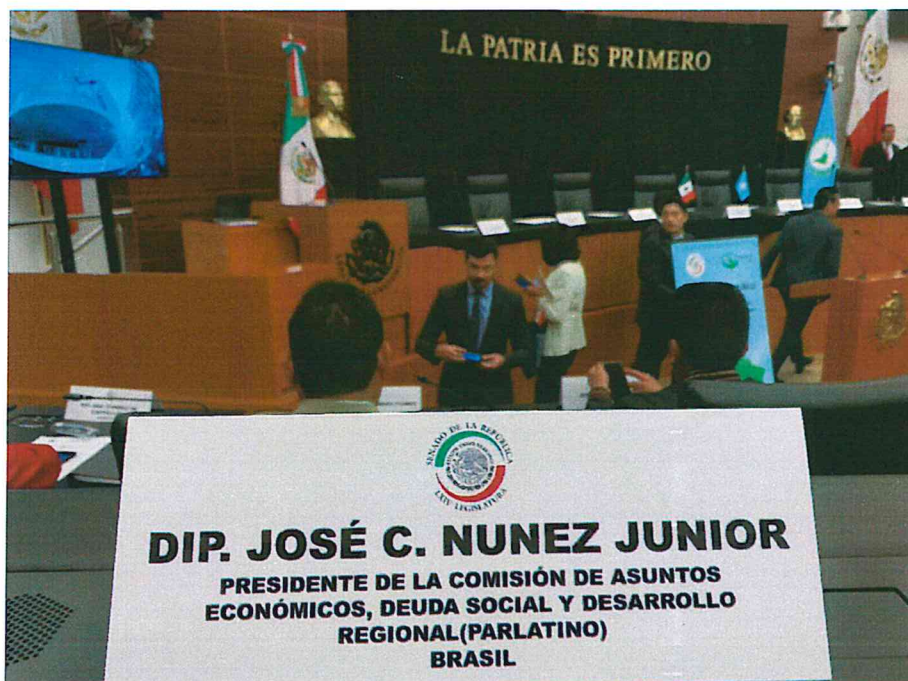
CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Zé Carlos - PT/MA

Nos dias 4 e 5 de abril de 2019, realizou-se a primeira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Desenvolvimento Social e Regional do Parlamento Latino-americano, na Cidade do México, com os seguintes membros:

Deputado Zé Carlos	Brasil (Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos)
Deputado Edgar Mejía	Bolívia
Senador Meindert Rojer	Curaçao
Senador Jeser El ayoubi	Curaçao
Assembleísta Héctor Muñoz	Equador
Senadora Vanessa Rubio Márquez	México (Relatora da Comissão)
Senador Gustavo Enrique Madero Muñoz	México (2º Vice-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos)
Senadora María Merced González G.	México
Deputada Aleida Álvarez Ruíz	México
Deputado Juan Enrique Farrera Esponda	México
Deputado Gloria Romero León	México
Senador Jorge Pizarro	Chile
Deputado Rolando González Patricio	Cuba
Deputado Pablo González	Uruguai



A Reunião foi aberta com a apresentação de todos os participantes, foram lidas as matérias que estavam em pauta e em seguida procedeu-se a eleição da relatora da Comissão, Senadora Vanessa Rúbio.



Como Relatora da Comissão, foi eleita Senadora do México Vanessa Rubio Márquez.

Nesta Reunião, foram discutidos três temas:

No primeiro tema, foram tratadas as experiências sobre o Orçamento Participativo (OP) no Equador e Uruguai.

Orçamento Participativo consiste em um mecanismo governamental de democracia participativa que permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos, geralmente o orçamento de investimentos de prefeituras municipais, através de processos da participação da comunidade, para a democratização da administração pública dos municípios, melhoria da gestão pública, do uso consciente e racional dos recursos públicos



O Deputado Héctor Muñoz, do Equador destacou a importância que a sociedade participe das políticas públicas. Expôs o caso da participação cidadã em seu país, que está prevista na Constituição, na Lei Orgânica de Participação Cidadã e na normativa local.

Sobre o Orçamento Participativo, ele mencionou que considera com uma capacidade que os cidadãos tem de eleger as obras que necessitam, considerando suas possibilidades. Sublinhou que é um instrumento que se leva a cabo com um respectivo monitoramento, fiscalização e avaliação. Ressaltou que foi por meio da implantação do Orçamento Participativo que se realizaram 1800 obras de infraestrutura pública até 2018, beneficiando 1,5 mi pessoas.

Conclusões sobre o tema:

- Se revisou o processo de Orçamento Participativo do Equador e do Uruguai;
- Se apresentou a proposta de organizar um futuro encontro entre as comunidades para compartilhar experiências sobre Orçamento Participativo, dados os contextos específicos de cada.
- O conhecimento das experiências das cidades que implantaram para obter mais elementos para identificar os seguintes passos a seguir:
- Na medida de suas capacidades e contextos específicos, os países poderiam considerar uma maior destinação de recursos para os Orçamentos Participativos;
- A partir deste debate, os países podem trabalhar em medidas e diretrizes para o Orçamento Participativo.

E por fim, foi proposto compartilhar entre os integrantes da reunião, a norma nacional desta matéria.

No segundo tema, foi apresentado pelos representantes do Uruguai a “Lei de fundo de garantia de insolvência patronal” e a experiência uruguaia em negociação coletiva, aonde pretende garantir aos trabalhadores os seus direitos no caso de insolvência de uma determinada empresa.

No Uruguai, existe um Seguro-desemprego por um período de seis meses, entretanto, este seguro não cobre nenhum dos direitos dos trabalhadores (no caso de licença ou de ser despedido). O fundo de garantia busca que se realize um aporte das empresas para que no caso de falência, os trabalhadores possam ter garantido recursos para cobrir todos os seus direitos trabalhistas.

N



A Senadora Rubio, do México, informou que em seu país existe uma lei “*Quiebras y Suspensión de Pagos*”, que algo similar a experiência do Uruguai, e que, desde 2016 existe um projeto de fundo de garantia salarial para o caso de insolvência de empresas que será debatido no âmbito de uma reforma trabalhista em discussão no Congresso Mexicano.

O Deputado Zé Carlos aproveitou a oportunidade e fez uma explanação sucinta sobre o seguro-desemprego no Brasil, informando a experiência exitosa no Maranhão, na capital São Luís, na gestão do Prefeito Jackson Lago.

Conclusões do Tema:

- Se conheceu a experiência do Uruguai, assim como de outros países, como do México e do Brasil.
- Se destacou o progresso do trabalho sobre o tema dos Fundos de solvência patronal dentro do PARLATINO.
- Se propôs a conveniência de analisar a experiência do Brasil.

No terceiro tema, perspectivas econômicas na região da América Latina e no Caribe. Foram consideradas as evoluções dos processos das integrações econômicas na América Latina e no Caribe.

A Senadora Rubio, do México apontou que o crescimento do PIB a nível mundial entre 2013 a 2018 foi de 3,55%, enquanto que na América Latina e no Caribe havia sido apenas 0,9%. O que significa um processo de desaceleração da economia mundial, uma exacerbação do protecionismo do comércio a nível mundial e tenções comercial e geopolíticas têm afetado os preços das matérias primas. A Senadora considerou que devemos impulsar políticas internas de carácter social, fiscal, orçamentárias e de infraestrutura para superar os desafios de contexto social.

Conclusão do tema:

- Observou-se a apresentação do cenário econômico regional e mundial, por isso foi proposto considerar a análise dos processos de integração econômica na América Latina na agenda da Comissão e o tema da realização de conferências parlamentares sobre temas transversais que dizem respeito a este órgão com suas contrapartes, para analisar questões como o meio ambiente, assuntos indígenas, treinamento e novas tecnologias, e autossuficiência alimentar e campo.



Não poderia deixar de registrar a excelência do apoio que tive da Embaixada Brasileira na figura não só do embaixador, mas sim do Ministro João Marcelo e do Secretário Thiago Carvalho que nos acompanharam desde a recepção do aeroporto até o embarque de retorno ao Brasil.


DEPUTADO ZÉ CARLOS PT/MA